

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 023/SMADS/2021
Introduz alterações aos artigos 3º, 7º, 8º e 9º da Portaria nº 15/SMADS/2020.

BERENICE MARIA GIANNELLA, Secretária Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a Lei nº 17.340/2020 e o Decreto nº 59.396/2020, que dispõem sobre medidas de proteção da saúde pública e de assistência, para o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de São Paulo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 15/SMADS/2020, que regulamenta os diplomas mencionados acima no âmbito da SMADS, nos termos do artigo 16, § 4º, do Decreto nº 59.396/2020;

RESOLVE

Art. 1º Alterar o artigo 3º da Portaria nº 15/SMADS/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O edital de credenciamento deverá conter critérios objetivos de classificação dos estabelecimentos inscritos, para fins de distribuição das vagas, inclusive pontuando aspectos como acessibilidade e adequação dos espaços para as acomodações e atividades a serem desenvolvidas. (NR)"

Art. 2º Alterar o artigo 7º da Portaria nº 15/SMADS/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social subsidiará valor único, a título de diária por vaga contratada, definido a partir de pesquisa de preços realizada pela pasta.

Parágrafo único: O preço fixado compreenderá o lucro da contratada e todas as despesas e custos, diretos ou indiretos, relacionados à prestação dos serviços; não incluindo, porém, qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. (NR)"

Art. 3º Alterar o artigo 8º da Portaria nº 15/SMADS/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A fiscalização e acompanhamento da execução contratual será de responsabilidade do fiscal de contrato designado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 1º O pagamento será creditado após ateste do serviço prestado e em valor calculado em razão da quantidade de vagas contratadas e respectivas diárias, considerando-se o valor unitário da diária contratada.

§ 2º O estabelecimento credenciado contratado deverá manter atualizadas informações como os nomes dos hóspedes atendidos, a hora e dia do início e do término das diárias usufruídas, a indicação do número da unidade ocupada, se individual ou compartilhada, dentre outras solicitadas pela SMADS, e disponibilizar relatórios com a periodicidade requerida. (NR)"

Art. 4º Alterar o artigo 9º da Portaria nº 15/SMADS/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O serviço de hospedagem deverá seguir as orientações das autoridades sanitárias para prevenir a transmissibilidade da Covid-19 e deverá contemplar, no mínimo, as seguintes ofertas:

I - acomodação em cômodos para, no máximo, 3 (três) indivíduos;

II - refeições diárias na quantidade definida em edital de credenciamento, divididas nos períodos da manhã, tarde e noite, a serem servidas no próprio estabelecimento, respeitando o distanciamento social;

III - fornecimento e substituição semanal ou em periodicidade inferior, se houver necessidade, de itens de cama, banho e higiene pessoal definidos em edital;

IV - limpeza e higienização semanais das acomodações ou em periodicidade inferior se, por razões de higiene, houver necessidade;

V - sistema de ventilação e equipamento de televisão aberta;

VI - condições mínimas de segurança e acessibilidade nas áreas comuns e vias de acesso e saída dos cômodos, tais como elevadores, rampas e redes de proteção;

VII - uma garrafa de um litro e meio de água potável por hóspede e o fornecimento contínuo de água potável em área comum para reposição e consumo durante as refeições;

VIII - instalações para a permanência e execução do trabalho social e do atendimento de saúde por servidores ou funcionários, devidamente credenciados, de Organização da Sociedade Civil parceira da SMADS. (NR)"

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 854

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
ENDERECO: VIADUTO DO CHÁ, 15
SEI: 6017.2021/0000005-1 - Divisão de Cadastro de Contribuinte Mobiliários - DICAM - Publicações da Unidade:

- A consulta ao Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) e a emissão da Ficha de Dados Cadastrais - FDC estão disponíveis na Internet no endereço eletrônico: https://ccm.prefeitura.sp.gov.br/login/contribuinte?tipo=F, nos termos da Portaria SF nº 018/04, publicado do Diário Oficial do Município de 25/03/04. - A consulta à eventual dívida está disponível na Internet por meio do DUC (Demonstrativo Unificado) no endereço eletrônico: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.

6017.2020/0050471-6 CCM 1.070.697-6. DEFIRO a inclusão do código de TRSS 45011, em 01/03/2020, conforme artigo 218 do Decreto 59.579/20.

6017.2021/0016644-8 - Indefiro o pedido de reativação do CCM n.º 5.265.663-2, pois o Micro Empreendedor Individual não observou o prazo de 120 dias para obtenção do Auto de Licença de Funcionamento, conforme previsto no Art. 2º da Lei Municipal nº 15.031/2009.

6017.2021/0016667-7 - Indefiro o pedido de reativação do CCM n.º 4.505.518-1, pois o Micro Empreendedor Individual foi cancelado por recusa de alteração cadastral não regularizada no prazo determinado.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

ATOS E DESPACHOS DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

INTERESSADA: Secretaria Municipal da Fazenda – SF.
6017.2021/0005512-3
Aquisição de renovação de solução centralizada de proteção e cópia de segurança (backup) e recuperação (recovery) de dados com proteção e unificação de dados em disco por volume de dados por 24 (vinte e quatro) meses.

DESPACHO:

I – **AUTORIZO**, obedecidas as formalidades legais, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**.

II – À Comissão Permanente de Licitação, para prosseguimento.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA

Referência:
Processo Administrativo SEI nº 6017.2020/0040173-9
CCM nº: 4.000.656-5
CNPJ nº: 11.216.807/0001-82
Recorrente: GOLDFARB 13 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA
Advogado: Dr. Pedro Guilherme Gonçalves de Souza (OAB/SP nº 246.785)
Recorrida: Decisão proferida pela 2ª CJ no Recurso Ordinário nº 6017.2019/0041059-0
Assunto: Admissibilidade de Recurso de Revisão
Créditos recorridos: ISS/AlII 6.730.406-0
DESPACHO:

1. O presente Recurso de Revisão foi interposto por parte legítima, nos termos do artigo 49, §5º, da Lei Municipal nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, observado o prazo previsto no artigo 43 do mesmo diploma legal, com a redação dada pela Lei Municipal nº 15.690, de 15 de abril de 2013.

2. Portanto, verifico estarem presentes os pressupostos gerais de admissibilidade, em especial os da legitimidade e da tempestividade. No que concerne aos requisitos específicos, ditados pela legislação que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, passo às seguintes considerações.

3. Dispõe o artigo 49 da Lei nº 14.107, de 2005, que cabe Recurso de Revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas, sendo requisitos de sua admissibilidade a indicação da decisão paradigmática e a demonstração precisa da divergência.

4. Sustenta a Recorrente que a decisão proferida pela 2ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2019/0041059-0 (doc. nº 033184704) diverge da interpretação dada à legislação tributária na decisão proferida pela 2ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2017/0036535-4 (doc. nº 033184736), ora apresentada como paradigmática.

5. Preliminarmente, indefiro o pedido de declaração de nulidade do Auto de Infração em epígrafe por ausência de fundamentação legal/motivação, visto que não contemplado pela hipótese autorizativa do recurso interposto com base no artigo o art. 49 da Lei nº 14.107, de 2005, que pressupõe a demonstração precisa da divergência de interpretação da legislação tributária entre decisões proferidas pelas Câmaras Julgadoras ou entre estas e as Câmaras Reunidas deste Tribunal Administrativo.

6. Quanto à alegação de decadência parcial do lançamento, constata-se que a decisão do Recurso Ordinário nº 6017.2017/0036535-4 – indicada pela Recorrente como paradigma - não se insere na hipótese que autoriza a interposição do recurso pretendido, visto que proferida pela 2ª Câmara Julgadora, a mesma Câmara que prolatou a decisão recorrida, em desatendimento, portanto, à determinação contida no caput do Art. 49 da Lei Municipal nº 14.107, de 2003, que assim prescreve: Cabe recurso de revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas. Portanto, descarto a sua indicação como decisão paradigmática e afasto, por consequência, o exame de eventual divergência que nela possa estar caracterizada.

7. Por fim, quanto à alegação de glosas indevidas, a Recorrente apenas tece considerações sem apresentar decisões paradigmáticas proferidas por outras Câmaras Julgadoras ou Câmaras Reunidas deste CMT que demonstrassem a divergência na interpretação da legislação tributária, hipótese que também não autoriza a interposição do presente recurso.

8. Diante do quanto exposto, e considerando que não foram atendidos os pressupostos estabelecidos no artigo 49 da Lei nº 14.107, de 2005, **NÃO ADMITO e NEGO SEGUIMENTO** ao recurso.

Referência:
Processo Administrativo SEI nº 6017.2020/0041491-1
CCM nº: 3.991.923-4
CNPJ nº: 11.312.327/0001-15
Recorrente: DBMF – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ATENDIMENTO À SAÚDE S/S LTDA
Advogados: Não há
Recorrida: Decisão proferida pela 4ª CJ nos Recursos Ordinários nº 6017.2020/0011327-0 e 6017.2020/0011330-0
Assunto: Admissibilidade de Recurso de Revisão
Créditos recorridos: Termo de Desenquadramento do Regime Especial de Recolhimento das Sociedades de Profissionais – SUP; e ISS/AlII 6.758.526-4, ISS/AlII 6.758.527-2, ISS/AlII 6.758.528-0, ISS/AlII 6.758.529-9, ISS/AlII 6.758.530-2, ISS/AlII 6.758.531-0, ISS/AlII 6.758.532-9 e ISS/AlII 6.758.533-7.
DESPACHO:

1. O presente Recurso de Revisão foi interposto por parte legítima, nos termos do artigo 49, §5º, da Lei Municipal nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, observado o prazo previsto no artigo 43 do mesmo diploma legal, com a redação dada pela Lei Municipal nº 15.690, de 15 de abril de 2013.

2. Todavia, em consulta aos sistemas informatizados da Secretaria Municipal de Fazenda, constatou-se que a Recorrente formalizou, em 19/01/2021, a adesão ao PRD – Programa de Regularização de Débitos, instituído pela Lei Municipal nº 16.240, de 22 de julho de 2015 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 59.940, de 2 de dezembro de 2020 e pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 12, de 4 de dezembro de 2020, e quitou, em 29.01/2021, os créditos tributários constituídos pelos Autos de Infração nº ISS/AlII 6.758.526-4, ISS/AlII 6.758.527-2, ISS/AlII 6.758.528-0, ISS/AlII 6.758.529-9, ISS/AlII 6.758.530-2, ISS/AlII 6.758.531-0, ISS/AlII 6.758.532-9 e ISS/AlII 6.758.533-7, conforme demonstrado no Extrato Detalhado do PRD nº 3150616-0 (doc. nº 042394843).

3. Desta forma, os créditos tributários em questão foram extintos pelo pagamento, nos termos do disposto no art. 156, I, do Código Tributário Nacional.

4. Em vista do exposto, **NEGO SEGUIMENTO** ao presente recurso.

Referência:
Processo Administrativo SEI nº 6017.2020/0041536-5
CCM nº: 4.397.469-4
CNPJ nº: 14.490.285/0001-09
Recorrentes: SANAIOTE PORTELA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Advogado: Dr. André Ricardo Lemes da Silva (OAB/SP nº 156.817)
Recorrida: Decisão proferida pela 3ª CJ no Recurso Ordinário nº 6017.2020/0018673-0
Assunto: Admissibilidade de Recurso de Revisão

Créditos recorridos:
Termo de Desenquadramento do Regime Especial de Recolhimento de Sociedade de Profissional – SUP; e ISS/AlII 6.757.322-3, ISS/AlII 6.757.323-1, ISS/AlII 6.757.324-0, ISS/AlII 6.757.325-8, ISS/AlII 6.757.326-6, ISS/AlII 6.757.327-4, ISS/AlII 6.757.328-2, ISS/AlII 6.757.329-0, ISS/AlII 6.757.330-4, ISS/AlII 6.757.331-2, ISS/AlII 6.757.332-0, ISS/AlII 6.757.333-9, ISS/AlII 6.757.334-7, ISS/AlII 6.757.335-5 e ISS/AlII 6.757.337-1.

DESPACHO:

1. O presente Recurso de Revisão foi interposto por parte legítima, nos termos do artigo 49, §5º, da Lei Municipal nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, observado o prazo previsto no artigo 43 do mesmo diploma legal, com a redação dada pela Lei Municipal nº 15.690, de 15 de abril de 2013.

2. Portanto, verifico estarem presentes os pressupostos gerais de admissibilidade, em especial os da legitimidade e da tempestividade. No que concerne aos requisitos específicos, ditados pela legislação que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, passo às seguintes considerações.

3. Dispõe o artigo 49 da Lei nº 14.107, de 2005, que cabe Recurso de Revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas, sendo requisitos de sua admissibilidade a indicação da decisão paradigmática e a demonstração precisa da divergência.

4. Sustenta a Recorrente que a decisão proferida pela 3ª Câmara Julgadora no Recurso Ordinário nº 6017.2020/0018673-0 (doc. nº 033521888) diverge das interpretações dadas à legislação tributária nas decisões proferidas pela 3ª Câmara Julgadora nos Recursos Ordinários nº 2007-0.031.663-5 (doc. nº 033521918) e 2013-0.034.246-0 (doc. nº 033521943); e pelas Câmaras Reunidas no Recurso de Revisão nº 6017.2015/0004203-9 (doc. nº 033521931), ora apresentadas como paradigmáticas.

5. Preliminarmente, em relação ao voto de desempate proferido pela Presidência da 3ª Câmara Julgadora, esclarecemos que está perfeitamente amparado pelo disposto no Art. 60, § 2º da Lei Municipal nº 14.107, de 2005 que assim dispõe: “O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Tributos, bem como os Presidentes e Vice-Presidentes das Câmaras Julgadoras, serão designados dentre os Conselheiros representantes da Municipalidade... § 2º Os Presidentes das Câmaras Julgadoras terão o voto de desempate nos julgamentos, quando for o caso.”; e no Art. 13, II, da Portaria SF nº 150/2018 (RICMT): “Art. 13. São atribuições dos Presidentes das Câmaras Julgadoras: II – proferir, nas sessões das respectivas Câmaras Julgadoras, quando for o caso, além do seu voto como julgador, o voto de desempate”; de modo que a legislação tributária municipal está plenamente vigente e eficaz, não se tendo notícia da declaração de ilegalidade ou inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário, razão pela qual não tem aplicação no contencioso tributário municipal a norma legal federal citada pela Requerente.

6. Verifica-se, também, que as decisões dos Recursos Ordinários nº 2007-0.031.663-5 (paradigma 1) e 2013-0.034.246-0 (paradigma 3) não se inserem na hipótese que autoriza a interposição do recurso pretendido, visto que proferidas pela 3ª Câmara Julgadora, a mesma Câmara que prolatou a decisão recorrida, em desatendimento, portanto, à determinação contida no caput do Art. 49 da Lei Municipal nº 14.107, de 2003, que assim prescreve: Cabe recurso de revisão da decisão proferida pela Câmara Julgadora que der à legislação tributária interpretação divergente da que lhe haja dado outra Câmara Julgadora ou as Câmaras Reunidas. Demais disto, em relação à decisão nº 2013-0.034.246-0 (paradigma 3) a suposta divergência alegada pela Recorrente está registrada em voto vencido que não serviu de fundamento do referido acórdão. Portanto, descarto as suas indicações como decisões paradigmáticas e afasto, por consequência, o exame de eventuais divergências que nelas possam estar caracterizadas. Desta forma restaram prejudicados os pontos de divergência elencados pela Recorrente relativos à (i) “ausência de concomitância – incorrência de renúncia à esfera administrativa – violação do art. 45 da Lei Municipal nº 14.107/2005.”; e (ii) tese subsidiária “Da necessidade de sobrestamento do processo até o julgamento final da ação anulatória nº 1042080-36.2019.8.26.0053”.

7. Ponto de divergência - Da decadência parcial dos Autos de Infração em relação ao período de 2013 a maio de 2014. Aduz a Recorrente que o acórdão recorrido teria decidido pela inexistência de recolhimentos específicos, concluindo que a decadência seria disciplinada pelo art. 173, I do CTN, não havendo que se falar em decadência dos créditos relativos ao período de 2013 a maio de 2014. Contudo, entende a Recorrente que não se aplicaria, in casu, a regra insculpida no art. 173, I do CTN, na medida em que o deslocamento da regra de contagem do prazo decadencial do art. 150, § 4º para o art. 173, I, ambos do CTN, se daria quando: (i) a conduta do contribuinte estivesse eviada de dolo, fraude ou simulação; e (ii) houvesse falta de pagamento do imposto, o que não seria o caso dos autos. Para defender sua tese, apresenta como paradigma a decisão prolatada pelas Câmaras Reunidas deste CMT no Recurso de Revisão nº 6017.2015/0004203-9 (paradigma 2), o qual teria reconhecido o pagamento antecipado do ISS, ainda que a menor, em todos os períodos de apuração do lançamento, mesmo que tal pagamento tenha sido feito sob o regime especial de SUP.

8. Todavia, em que pese a irrisignação da Recorrente, a decisão indicada pela Recorrente não serve de paradigma, neste caso, ante a ausência de similitude fático-jurídica com a decisão recorrida, de modo que não pode ser comparada para os fins pretendidos pela Recorrente. De fato, embora também tenha tratado de regime especial de recolhimento do ISS/SUP, naquele caso específico, a própria Administração Tributária apropriou valores anteriormente recolhidos pelo contribuinte a título de ISS sob o regime especial de sociedades uniprofissionais, tanto que os respectivos lançamentos foram emitidos como “Recolhimento a menor de ISS” motivo pelo qual se reconheceu a decadência com base na regra contida no art. 150, §4º, do CTN; diferentemente do caso dos autos, em que a Administração Tributária lavrou os Autos de Infração por “Ausência de recolhimento de ISS”, não considerando, portanto, os eventuais recolhimentos efetuados pela Recorrente a título de SUP em cumprimento à determinação contida nos arts. 1º e 2º da Instrução Normativa SF/SUREM nº 4, de 30/03/2016, razão pela qual aplicou-se a regra decadencial do art. 173, I, do CTN.

9. Diante do quanto exposto, **NÃO ADMITO e NEGO SEGUIMENTO** ao recurso interposto pelo Contribuinte.

10. Fica a Recorrente, desde logo, intimada quanto ao cabimento, no prazo de 15 dias, de um único pedido de reconsideração que verse exclusivamente sobre ausência ou inexistência de intimação ou contagem de prazo.

SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

DIVISÃO DE MAPA DE VALORES

SOLICITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO FISCAL E INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL – IPTU

DADOS RELACIONADOS À DECLARAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (ENDEREÇO/DESCRIÇÃO):
Rua Ilha da Juventude, 956 Bloco 5, Apto 31 - CEP: 02820-000 São Paulo-SP

NOME DO INTERESSADO/(CPF/CNPJ): HENRIQUE SILVA VASCO, CPF: 229.220.468-18

PROCESSO SEI NO: 6017.2021/0016606-5

DATA DA DECLARAÇÃO: 14/04/2021

DESPACHO Solicitação **DEFERIDA**. Com base nas informações presentes no processo, declara-se que o imóvel possui lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, em

maior área, pelo contribuinte número 215.036.0001-5. As informações prestadas nos termos deste despacho serão válidas por 90 (noventa) dias, a contar da data de intimação do solicitante, conforme definido no artigo 3º da Ordem Interna SF/SUREM nº 07, de 29 de Outubro de 2018.

SOLICITAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE LANÇAMENTO FISCAL E INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO FISCAL – IPTU

DADOS RELACIONADOS À DECLARAÇÃO IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (ENDEREÇO/DESCRIÇÃO):
Rua Roberto Lanari, nº. 02, apto. 14, Bl. B 17/2 - São Paulo - SP - CEP 02281-209

NOME DO INTERESSADO/(CPF/CNPJ): IRENE ALVES DA SILVA CANASTRO (CPF 033.151.334-09)

PROCESSO SEI NO: 6017.2021/0016611-1

DATA DA DECLARAÇÃO: 13/04/2021

DESPACHO Solicitação **DEFERIDA**. Com base nas informações presentes no processo, declara-se que o imóvel está situado no Setor Fiscal 228, não sendo, até o momento, objeto de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. As informações prestadas nos termos deste despacho serão válidas por 90 (noventa) dias, a contar da data de intimação do solicitante, conforme definido no artigo 3º da Ordem Interna SF/SUREM nº 07, de 29 de Outubro de 2018.

DIVISÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO - DIMOB

COMUNICAÇÃO DE DESPACHOS - DIMOB
6017.2020/0057514-1 - THAIS RIBEIRO MUCHIUTI ACEITO
" Decisão Tributária
Declaração Aceita. Nos termos do Art. 93,§2º do Decreto 52884/2011, efetuado o desdobro do contribuinte 076.280.0013-4 nos contribuintes 076.280.0028-2 (nº418, matrícula 200157/8º RI), 076.280.0029-0 (nº412, matrícula 200158/8º RI) e 076.280.0030-4 (nº408, matrícula 200159/8º RI) a partir de 11/2020. De ofício, alterada a área construída do contribuinte 076.280.0013-4 para 210m² no período de 09/2020 a 10/2020 conforme DTCO. "

6017.2020/0052570-5 - MARCOS TUDISCO ACEITO
" Decisão Tributária
DECLARAÇÃO ACEITA
CANCELA-SE O SQL 060.151.0017-6 POR DESDOBR0 NOS ATUAIS LOTES 0057-5 (nº 515; AT= 111m²; AC=164m²); 0058-3 (nº 519; AT= 108m² ; AC=159m²) E 0059-1 (nº 523; AT= 111m² ; AC=164m²). A PARTIR DE DEZ/2020. "

6017.2020/0057508-7 - SANCLER BEZERRA GUIMARAES ACEITO
" Decisão Tributária
DECLARAÇÃO ACEITA
PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE USO PARA TEMPLO/IGREJA ACEITO, CONFORME DECLARAÇÃO, PLANTA, IMAGENS E CONSULTAS. PROVIDÊNCIAS A PARTIR DE 01/2021. "

6017.2020/0057516-8 - GLAUCIO WASHINGTON TINO ACEITO
" Decisão Tributária
DECLARAÇÃO ACEITA
PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE USO PARA TEMPLO/IGREJA ACEITO, CONFORME DECLARAÇÃO, PLANTA, IMAGENS E CONSULTAS. PROVIDÊNCIAS A PARTIR DE 01/2021. "

6017.2021/0001838-4 - SILVIO GUERRA ACEITO
" Decisão Tributária
Declaração Aceita. Nos termos do Art. 93,§1º do Decreto 52884/2011, efetuado o desdobro do contribuinte 107.410.0002-3 nos contribuintes 107.410.0036-8 (nº312, matrícula 199768/8º RI), 107.410.0037-6 (nº306, matrícula 199769/8º RI) e 107.410.0038-4 (nº304, matrícula 199770/8º RI) a partir de 02/2021. "

6017.2021/0002008-7 - JOAO FERREIRA DE MORAES ACEITO
" Decisão Tributária
Declaração Aceita. Nos termos do Art. 93,§1º do Decreto 52884/2011, efetuado o desdobro do contribuinte 145-094.0012-7 nos contribuintes 145.094.0123-9 (nº55, matrícula 325874/9º RI) e 145.094.0124-7 (nº59, matrícula 325875/9º RI) a partir de 02/2021. "

6017.2020/0057522-2 - ONIVALDO GARCIA ACEITO
" Decisão Tributária
Declaração Aceita. Nos termos do Art. 93,§1º do Decreto 52884/2011, efetuado o desdobro do contribuinte 211.004.0014-1 nos contribuintes 211.004.0051-4 (nº248, matrícula 255388/18º RI) e 211.004.0052-2 (nº242, matrícula 255389/18º RI) a partir de 01/2021. "

6017.2021/0011376-0 - NADJAIR DINIZ BARBOSA ACEITO
" Decisão Tributária
Declaração Aceita. Nos termos do Art. 93,§1º do Decreto 52884/2011, efetuado o desdobro do contribuinte 168.032.0016-6 nos contribuintes 168.032.0025-5 (nº48, remanescente) e 168.032.0026-3 (nº44, matrícula 457563/11ºRI) a partir de 05/2020. De ofício, alterada a área construída do contribuinte 168.032.0016-6 para 174m² no período de 01/2016 a 04/2020. Acréscimo referente à cobertura de garagem. "

6017.2020/0056231-7 - JOSE MARIA GOMES PAULINO ACEITO
" Decisão Tributária
DECLARAÇÃO: ACEITA
Cancela-se o SQL 112.349.0020-2 por DESDOBR0 nos atuais SQL 112.349.0053-9 (Rua Firmino Barbosa nº 306; AT=84 m²; AC=84 m²); SQL 112.349.0054-7 (Rua Firmino Barbosa nº 304; AT=84 m²; AC=84 m²); e SQL 112.349.0055-5 (Rua Firmino Barbosa nº 302; AT=84 m²; AC=84 m²). De ofício, com base na matrícula nº 227.087 do 12º CRI (matrícula atualizada), altere-se o nome relativo ao lote 0053-9 para Cassiane Maria Sossai Ribeiro - CPF 362.272.418-81 e com base na matrícula nº 227.088 do 12º CRI (matrícula atualizada), altere-se o nome relativo ao lote 0054-7 para Pedro Crespo Tremps - CPF 411.043.078-04. Providências com efeito no Cadastro Imobiliário Fiscal a partir de 01/2021. Ressaltamos que o processamento de alterações está paralisado devido à emissão geral do IPTU 2021, o retorno esperado do processamento é Abril/2021, portanto as alterações não surtirão efeito até que o sistema tenha seu funcionamento normalizado. "

DIVISÃO DE CADASTROS E LANÇAMENTOS ESPECIAIS - DICLE

COMUNICAÇÃO DE DESPACHOS - DICLE
6017.2020/0034610-0 - MARIA HELENA DE AZEVEDO LIMA DIAS NÃO ACEITO
" NÃO ACEITO POR FALTA DE OBJETO. COM BASE NO PROCESSO SEI Nº 6017.2019/0049593-6, FOI EFETUADO O REMEMBRAMENTO DOS SQLS 087.066.0060-3 E 0061-1 NOS LOTES 0093-1 E 0094-8, A PARTIR DE 01/2015, EFETUANDO O LANÇAMENTO PARA O LOTE 0093-1 COM ÁREA DE TERRENO CONFORME TRANSCRIÇÃO Nº 97.554 DO 11ºCRI E ÁREA CONSTRUÍDA CONSOANTE SOMATÓRIO DAS ÁREAS DAS UNIDADES DESCRITAS NA INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO. POR OUTRO LADO, PARA O LOTE 0094-8, OS DADOS DO TERRENO